



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 70, DE 2019

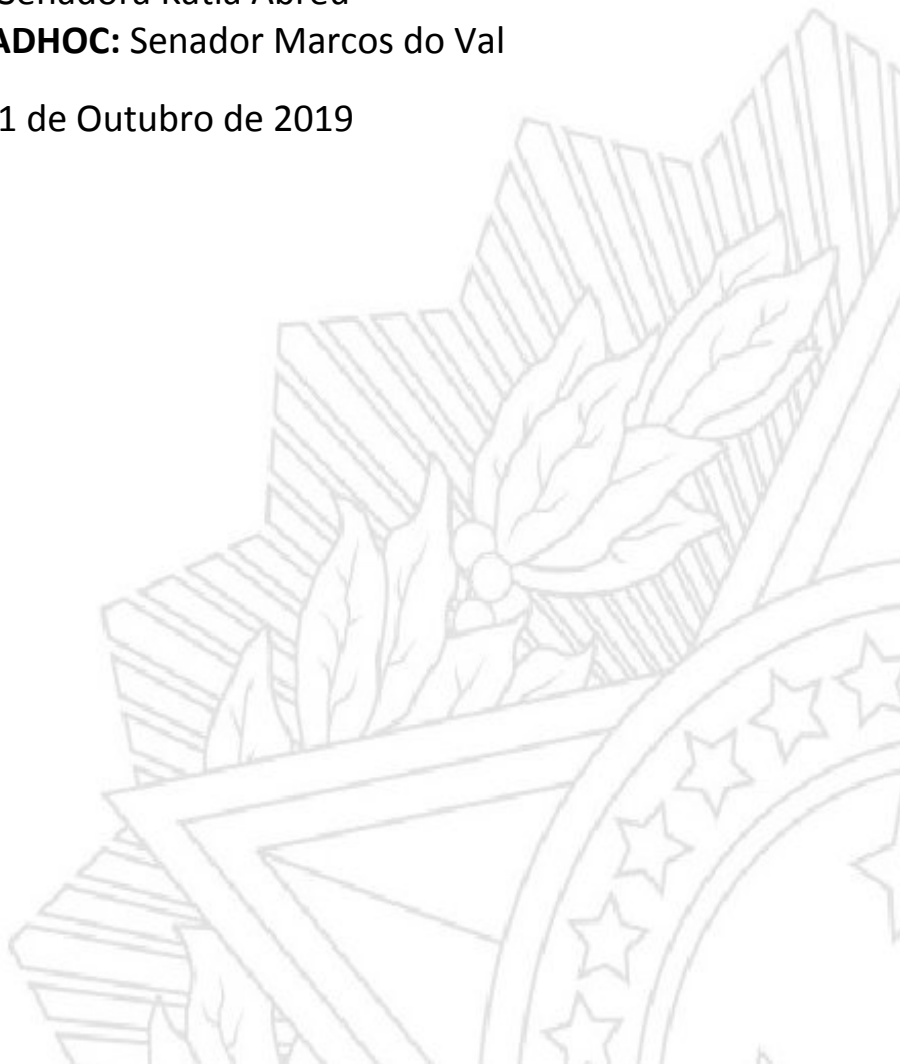
Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2019, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senadora Kátia Abreu

RELATOR ADHOC: Senador Marcos do Val

31 de Outubro de 2019





SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2019 (PDC nº 1.019, de 2018, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017*.

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 632, de 2019, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 345, de 20 de junho de 2018, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, confirma que o texto acordado constituirá *marco importante na cooperação bilateral na área de ciência, tecnologia e inovação*. O documento registra, também, que o tratado em análise contribuirá para intensificar o relacionamento entre os dois países.



SF/19831.22909-76



SENADO FEDERAL

Os ministros que subscrevem a exposição esclarecem, ainda, que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações *participou da elaboração do texto do Acordo em apreço e aprovou a sua versão final.*

O tratado em avaliação considera em seus fundamentos o reconhecimento dos negociadores de que o *aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação proporcionará benefícios mútuos às Partes e constituirá uma ferramenta poderosa para aprimorar os padrões socioeconômicos de vida e promover a equidade social.*

A parte dispositiva do Acordo, composta de 14 artigos, inicia com a definição de determinadas expressões empregadas no texto (ARTIGO 1). Na sequência, o ARTIGO 2 trata dos objetivos e princípios da cooperação que se quer. O dispositivo seguinte se ocupa das modalidades de cooperação. O ARTIGO 4 trata das autoridades competentes e informa que o Brasil nomeou o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a função. Mais adiante são estabelecidas as áreas de cooperação, que, excetuando temas relacionados à defesa, compreende a totalidade dos campos indicados pela própria denominação do Acordo (ARTIGO 5).

Em continuação e para facilitar a implementação do Acordo, o texto negociado prevê a constituição pelas Partes de um Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (ARTIGO 6). Já o ARTIGO 7 cria os protocolos de implementação, que serão acordados em conformidade com a legislação interna aplicável à jurisdição em que a atividade de cooperação será realizada. O ARTIGO 8 dispõe sobre equipamentos e materiais. O ARTIGO 9, por sua vez, dedica-se ao tema dos terceiros e da troca de informações. Em continuação, são abordados assuntos financeiros (ARTIGO 10), assuntos médicos (ARTIGO 11), assistência e facilidades (ARTIGO 12) e emenda ao Acordo (ARTIGO 13). Por fim, o ARTIGO 14 aborda a entrada em vigor, a denúncia, bem como a solução de controvérsias.



SF/19831.22909-76



SENADO FEDERAL

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Acerca da projeto em apreço, registramos não haver defeitos no tocante à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre o projeto, porquanto observado o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

No mérito, a proposição é louvável a vários títulos. De início, o tratado em análise ajuda a promover, bem assim fortalecer a relação de amizade existente entre os dois países. Some-se a isso a circunstância de que, como expresso em suas considerações iniciais, o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação há de proporcionar benefícios mútuos às Partes, além de constituir ferramenta vigorosa para o aperfeiçoamento dos padrões socioeconômicos e a promoção da equidade social das comunidades envolvidas.

Além disso, o Acordo terá, por certo, impacto positivo nos negócios, bem assim no desenvolvimento de mão de obra qualificada. Ele terá, ainda, reflexo favorável no avanço de mercados intensivos em inovação e tecnologia. Tendo em conta, de um lado, que o Brasil é um dos países que mais investem em inovação e, de outro, que a Austrália está inserida em região que favorece o recebimento de mão de obra qualificada proveniente de países asiáticos, o ato internacional em apreço favorecerá também a troca de experiências em contexto mais amplo.



SF/19831.22909-76



SENADO FEDERAL

Some-se a isso o fato de que o Acordo, celebrado com país de superlativa importância no domínio da pesquisa e inovação, enfatiza o intercâmbio de estudantes, cientistas, pesquisadores, especialistas e acadêmicos. Esse contexto, há de ser bastante auspicioso para todos os beneficiados sobretudo os que, de tal ou qual maneira, estão relacionados com a vida acadêmica.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19831.22909-76



Relatório de Registro de Presença
CRE, 31/10/2019 às 10h - 59ª, Ordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MECIAS DE JESUS		1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCIO BITTAR		3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	PRESENTE	3. SORAYA THRONICKE	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA		3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
FERNANDO COLLOR		1. VAGO	
JAQUES WAGNER	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA			
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA	
ANGELO CORONEL		2. CARLOS VIANA	PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS DO VAL	PRESENTE	1. ROMÁRIO	

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
RODRIGO PACHECO
WELLINGTON FAGUNDES
PAULO ROCHA

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 632/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR MARCOS DO VAL, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.

31 de Outubro de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional